



doi: <http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum39.106.AO05>

**A INFÂNCIA SOB A SOMBRA DO ESTADO-MÃE: Uma análise
Junguiana sobre políticas da infância.**

*THE CHILDHOOD UNDER THE SHADOW OF THE MOTHER-STATE: A Jungian
analysis about childhood policies.*

Talita Quinsler Veloso
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
<http://orcid.org/0000-0001-7397-1383>
talitaqveloso@gmail.com

João Lucas Ozores Guimarães
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
<http://orcid.org/0000-0001-5187-7054>

Resumo

O cenário caótico da violência contra crianças e adolescentes, bem como a crescente desigualdade social do Brasil narram o drama vivido no cerne das políticas para a infância, pedindo por atuações ainda mais assertivas e emancipadoras por parte do poder público. Com o objetivo de analisar criticamente a sombra do Estado acerca das políticas públicas para a infância este trabalho fez, através de uma pesquisa bibliográfica e sob a ótica junguiana, uma análise crítica acerca da dinâmica relacional presente nos profissionais executores de políticas para à infância, especialmente na seara da proteção vinculada à Assistência Social. Com isso, foi possível observar que a sombra do Estado constelada em tal relação se refere à da Grande-Mãe-Devoradora, a qual assume uma posição hierárquica, detentora da vitalidade por meio da manutenção da dependência e da posição infantil dos usuários atendidos. Para enfrentar isso se apontou a necessidade da tomada de consciência por parte dos profissionais acerca dessa projeção, para então estabelecer uma relação que viabilize a entrada na Jornada do Herói dos sujeitos atendidos, facilitando, assim como o Mestre, o processo de individualização dos mesmos.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas para à Infância, Psicologia Analítica, Grande-Mãe-Devoradora, Sombra do Estado.

Abstract

The chaotic scenario of violence against children and adolescents, as well as the growing social inequality in Brazil, narrate the drama experienced at the heart of policies for children, calling for even more assertive and emancipatory actions by the public authorities. With the objective of critically analyzing the shadow of the State regarding public policies for children, this work carried out, through a bibliographic research and under the Jungian perspective, a critical analysis about the relational dynamics present in the professionals who execute policies for children, especially in the field of protection linked to Social Assistance. With that, it was possible to observe that the shadow of the State in such a relation refers to that of the Devourer-Mother, who assumes a hierarchical position, holding vitality through the maintenance of dependence and the childly position of the users. In order to face this, the need to raise awareness on the part of professionals about this projection was pointed out, so as to establish a relationship that would make it possible for the subjects to enter the Hero's Journey, facilitating, as well as the Master, their individualization process.

Keywords: Childhood Policies, Analytical Psychology, Devourer Mother, Shadow of the State.

Resumen

El caótico escenario de la violencia contra la niñez y la adolescencia, así como la creciente desigualdad social en Brasil, narran el drama vivido en el seno de las políticas para la niñez, llamando a acciones aún más asertivas y emancipadoras por parte de las autoridades públicas. Con el objetivo de analizar críticamente la sombra del Estado en materia de políticas públicas para la niñez, este trabajo llevó a cabo, a través de una investigación bibliográfica en la perspectiva de Jung, un análisis crítico sobre las dinámicas relacionales presentes en los profesionales ejecutores de políticas para la niñez, especialmente en el campo de la protección vinculado a la Asistencia Social. Con esto, se pudo observar que la sombra del Estado en tal relación se refiere a la de la Gran Madre Devoradora, quien asume una posición jerárquica, manteniendo la vitalidad a través del mantenimiento de dependencia y posición infantil de los usuarios atendidos. Para hacer frente a esto, se señaló la necesidad de sensibilizar a los profesionales sobre esta proyección, con el fin de establecer una relación que posibilite que los sujetos atendidos ingresen en la Jornada del Héroe, facilitando, así como el Maestro, su proceso de individualización.

PALABRAS CLAVE: Políticas de infancia, Psicología analítica, Gran Madre Devoradora, Sombra del Estado.

Introdução

“Em momento algum dialogam com a gente, em momento algum chegam para perguntar: “o que vocês acham”?”, afirmou uma goianiense ao Documentário “Nunca me Sonharam” (Pereira, 2017, p. 112). A jovem relata a desconsideração sobre aquilo que ela pensa e a falta de espaço na escola para se expressar e dialogar acerca de suas reflexões. Outro rapaz, referindo-se ao seu contexto familiar, também pontuou “Eles não sonhavam e não me ensinaram a sonhar” (Pereira, 2017, p. 113). Este é o retrato do jovem brasileiro, especialmente aquele atendido pelas políticas do poder público, os quais encontram a cada esquina a desmotivação acerca de seus sonhos.

A fala de tais jovens se alastra no cenário nacional por meio do que revelam os dados do IBGE (2019) que 51,2% dos adultos não concluíram o ensino médio. Fora isso, 10,1 milhões de pessoas de 14 a 29 anos do país não completaram alguma das etapas da educação básica, seja por terem abandonado ou nunca terem frequentado a escola. As taxas de evasão se mostram maiores na transição do fundamental para o médio, tendo como principais motivos a necessidade de trabalho (39,1%) e falta de interesse nos estudos (29,2%) e dentre as meninas há ainda o abandono decorrido da gravidez (23,8%) e por atividades domésticas (11,5%). Ainda há um aspecto alarmante de 11 milhões de pessoas analfabetas acima dos 15 anos. O PNAD, também ilustra, por fim, que há um desinteresse em 70% dos jovens em permanecer nos estudos, registrando em 2019, 23,9 milhões de pessoas entre 15 e 29 anos que não estão inseridas na escola ou em curso de qualificação profissional (IBGE, 2019).

Além da dificuldade na manutenção do direito à educação, observado não só acesso, mas principalmente na permanência, tendo em vista os altos índices de evasão e abandono escolar, há também no cenário socioeducativo mais um indicador de que as políticas para a infância precisam rever seu planejamento e execução. De acordo com o Relatório de Pesquisa Nacional das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (MDS e SNAS, 2018), há no Brasil 117.207 adolescentes e jovens em cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, dentre os atos infracionais mais frequentes está o tráfico de drogas, o que não deixa de ser um dado acerca do trabalho infantil, tendo em

vista que é um modo de entrar no mercado de trabalho, ainda que de forma marginalizada. Referente às medidas de internação há aproximadamente 18.086 adolescentes e jovens em privação de liberdade para 16,161 vagas (MPPR,2019), ou seja, há uma superlotação de jovens encarcerados.

Os adolescentes que cumpres medidas socioeducativa no Brasil escancaram para o sistema público a desigualdade social, em sua maioria registram um abandono ou defasagem escolar significativa, uma condição socioeconômica desfavorável, são negros/pardos, a mãe é a única provedora de uma família numerosa (Velo, 2018). O cenário socioeducativo ilustra, assim, a ineficácia das políticas para infância diante da crescente criminalização e conseqüente judicialização de problemas sociais, muitas vezes a medida socioeducativa é a porta de entrada e talvez o único momento em que esse adolescente e sua família passam a serem vistos pelo Estado. As ações de prevenções, neste sentido, mostram-se no mínimo insuficientes ou inexistentes.

Ademais, o PNAD também ilustrou que 1,8 milhão de crianças entre 5 e 17 anos se encontram em trabalho infantil (IBGE, 2019). Há também o registro de aproximadamente 32 mil casos de abuso sexual em 2018, o equivalente a três crianças ou adolescentes abusados por hora no Brasil, sendo que quase 50% ocorrem por conhecidos ou familiares. Os crescentes casos de notificações de situação de violência somam desde 2011 até 2020 um total de 177,3 mil notificações em todo o país (MPPR, 2020).

Neste sentido, a infância ainda sangra no cenário brasileiro, as políticas públicas têm grande desafio em não assumir a posição de “salvadora” da pátria, reconhecendo seus limites, ao mesmo tempo em que deve se apropriar das potencialidades técnicas a serem executadas pelos profissionais. Assim, os dados mostram a responsabilidade do Estado acerca da violência, mas pedem uma ação voltada para a autonomia da infância em situação de vulnerabilidade e risco, caso contrário o ciclo e a lógica da situação irregular das internações nas antigas FEBENS se perpetuarão a cada acolhimento institucional de uma criança ou internamento de um adolescente em um centro socioeducativo.

Tal cenário só veio a se intensificar com o período pandêmico (2020-2021), pois as desigualdades sociais ficaram ainda mais escancaradas e com o isolamento social houve o afastamento das figuras técnicas de referência da cena do drama familiar (FGV, 2020). Com isso, muitos dos sujeitos atendidos pela política pública se viram perdidos

justamente pela relação de dependência que fora estabelecida. As referências que deveriam ter sido projetadas, pautadas em um trabalho pela promoção de autonomia, passaram a não ser vistas neste momento, nem fora e muito menos dentro de casa. Provocando o sentimento de abandono: “a mãe que foi embora”. Isso mostra a necessidade da tomada de consciência dos profissionais acerca da possibilidade de projeção da sombra da Grande Mãe em sua atuação, muito presente nas políticas da infância, especialmente dentro da Assistência Social.

Neste sentido, a revisão dos papéis dos profissionais executores e o impacto destes acerca da vida das crianças e das famílias precisam de constante revisão. Compreendendo que o próprio reconhecimento da infância corresponde a uma conquista social, as políticas públicas destinadas a esse público têm desafio ainda maior. Estudos neste sentido sempre estão, portanto, atrelados à uma demanda que nunca deixa de ser atual. É nesta esteira que o presente trabalho buscou analisar criticamente a Sombra do Estado acerca das Políticas Públicas para a Infância, a partir da psicologia analítica.

Método

O presente estudo decorreu de uma pesquisa bibliográfica, a qual buscou explicar e debater determinados assuntos a partir de livros, artigos e demais produções científicas ou normativas legais. A partir desses recursos se obteve o subsídio teórico para fazer uma análise crítica acerca do tema apresentado. Circunscrevendo-se na abordagem qualitativa procurou-se abordar o tema de modo contextualizado, com vistas a contemplar aspectos subjetivos, históricos, sociais, políticos (Yin, 2016), compreendendo os fenômenos em questão a partir de relações retro alimentadoras e não de causa-efeito. O método de análise dos dados teóricos se deu a partir da leitura reflexiva e crítica, a qual buscou a partir do material analisado responder ao objetivo do artigo.

Desenvolvimento

A Estrutura da Psique

Carl Gustav Jung (1875 – 1961), foi um psiquiatra e psicoterapeuta precursor da Psicologia Analítica, que toma como alicerce de suas ideias e conceitos a fenomenologia do inconsciente. O autor delimitou sua teoria ao campo da psicodinâmica, que por sua vez tem como base a energética, admitindo que a totalidade da mente humana é composta por partes cognoscíveis ou conscientes, incognoscíveis e inconscientes em constante permuta e movimento. A psicologia Junguiana pauta-se na premissa de uma organização da psiquê humana baseada em marcas arcaicas ou arquetípicas. O arquétipo é uma maneira tipicamente humana de organizar o comportamento e a mente, delineando caminhos predispostos pelos quais o drama cotidiano se desenhará. O arquétipo é de procedência inata e universal, entretanto não é herdado pela filogenética, mas fruto de milhares de anos de *dasein*¹. Desta maneira é possível notar que os percursos pelos quais o ser humano cursa durante sua existência se repetem em todas as culturas e eras, apenas diferenciando-se pela estética, mas não pela essência.

Os arquétipos são, por natureza, potenciais de ação ou um *vir-a-ser*, que se estremam em conceitos puramente abstratos e integralmente ininteligíveis - alocados no que Jung denominou de inconsciente coletivo. Para tanto, os arquétipos são expressos por vias simbólicas que provisionam sentido a experiência de vida humana. Desta forma, pode-se afirmar que o símbolo seja o caminho ao arquétipo, ainda que jamais o revele em sua forma integral. Jung enumera alguns arquétipos clássicos do ser humano, como o Masculino e Feminino, Materno e Paterno, o Infante (*Puer Aeternus*) o Velho (*Senex*), entre outros. Tais arquétipos podem ser identificados em aspectos de personalidade ou mesmo nos dramas humanos performado por todas as pessoas. Jung define a psique como de natureza mito-poética, provedora incessante de narrativas e personagens que interagem com o mundo pela via imagética.

O caráter simbólico da psique não é apenas uma forma de exposição dos conteúdos intrapsíquicos, mas também seu retrato, espelhado em todo o pensamento e comportamento humano. Sobre isso, o autor deu especial ênfase as produções mitológicas primitivas, pois através do mito, pode-se extrair fragmentos do enredo arquetípico

¹ Ou ser-no-mundo. Termo cunhado por Martin Heidegger que defendia que o ser humano não é somente um ser animalesco movido por instintos, mas um ser engajado historicamente com seus pares e o meio, todavia predispondo de uma biologia específica (Heidegger, 1986).

necessário para uma compreensão aprofundada de um ser humano moderno. Para que se possa aprender sobre os símbolos produzidos pela alma que desvelam a mitopoese universal, é necessário revisar o caminho psíquico ancestral de nossa espécie. "O homem primitivo é de uma tal subjetividade que é de admirar-se o fato de não termos relacionado antes os mitos com os acontecimentos anímicos." (Jung, 2018a p.18).

Ainda que os esforços de Jung em muito se voltaram à compreensão das camadas mais profundas da alma, é impreterível citar que a via de conhecimento dos fenômenos da psique e seus desdobramentos, perpassa necessariamente pelo elo central da consciência, denominado de eu, ou *ego*. Se, por sua vez, a consciência é tudo aquilo em que cremos conhecer sobre o mundo, o *ego* será tudo aquilo que acreditamos conhecer sobre nós mesmos. Sabe-se que o *ego* emerge do inconsciente de forma a distinguir o eu das demais possibilidades de *vir-a-ser* contidas no tecido vivo inconsciente. Esta diferenciação tem sua fase inicial e mais crítica nos primeiros anos de infância, no qual ocorre a separação do eu-infantil do outro-materno. Ainda que esta separação seja vivida de maneira arquetípica nos primeiros anos da infância, durante toda a vida o sujeito.

Em contrapartida ao *ego*, logo abaixo do limiar da consciência, encontra-se o inconsciente pessoal, ou sombra. Todo conteúdo intrinsecamente relacionado à ontogênese psicológica daquele indivíduo que não dispõe de suficiente potencial energético para permanecer sob a luz da consciência, repousará na sombra, bem como os diversos fragmentos de personalidade que não sejam bem aceitos ou reconhecidos pelo *ego*. Para que um conteúdo sombrio se torne cónito pelo *ego* e conseqüentemente seja incorporado à consciência, primeiramente deve se apresentar por meio de uma projeção em um objeto externo, alternativo ao eu. Cabe ressaltar que é da natureza da psique projetar os conteúdos intrapsíquicos, todavia, se o *ego* resistir a incorporar tais elementos – muitas vezes não quistos –, estes conteúdos podem influenciar o comportamento do sujeito de forma sutil e produzir efeitos destrutivos subliminares à visão.

Jung predispôs mais de seu esforço na psicologia do indivíduo para sustentar sua teoria, deixando pouco espaço para a discussão a nível coletivo. A tarefa de compreender a psique coletiva foi herdada pelos autores pós-junguianos. Ainda assim, Jung deixou fragmentos de sua visão sobre um macrocosmo psíquico quando afirma que a denominada psicologia do povo ou psicologia coletiva é, em suma, composta pelas mesmas estruturas

da psique individual, e, portanto, obedece às leis arquetípicas e encontra-se em constante dinamismo visto a índole relacional do humano.

Aproximar-nos-emos mais da verdade se pensarmos que nossa psique consciente e pessoal repousa sobre a ampla base de uma disposição psíquica herdada e universal, cuja natureza é inconsciente; a relação da psique pessoal com a psique coletiva corresponde, mais ou menos, à relação do indivíduo com a sociedade. Do mesmo modo que o indivíduo não é apenas um ser singular e separado, mas também um ser social, a psique humana também não é algo de isolado e totalmente individual, mas também um fenômeno coletivo. (Jung, 2011a p. 35)

Mais adiante de Jung, Singer e Kimbles (2004), exploraram a noção de complexo cultural como o sintoma de uma teia de conteúdos oriundos de experiências compartilhadas, repousados em uma esfera inconsciente comum, operando tanto a nível pessoal quanto a nível coletivo. Os autores advertem para a realidade sombria dos complexos culturais levando em conta seus atributos. Como postulou Jung (2018b), nota-se que o complexo é um conteúdo preliminarmente inconsciente, todavia dotado de autonomia e constituído ao redor de um núcleo arquetípico, desta forma, a alienação do *ego* coletivo em relação ao conteúdo de um complexo e sua conseqüente numinosidade², pode fazer com que este complexo o possua, emergindo com grande quantidade de carga afetiva. A possessão coletiva é observada nos grandes movimentos sociais ou catarses coletivas, quase sempre guarnecidas de emoções intensas de amor e/ou ódio; repulsão e/ou atração. Ainda há uma forma mais airosa, ou mesmo ardilosa, do complexo operar a nível coletivo e individual, por guiar ações de forma infra visual e compor o que o próprio autor (2018b) denominou de "vida de provisão" - sinônimo de psicologia massificada, na qual os sujeitos encontram-se indissociados perante os "ismos" - isto é, da ideologia coletiva ou espírito do tempo.

Da mesma maneira em que consideramos a mente social como uma espécie psique ampliada, conclui-se que qualquer conluio de pessoas constela complexos coletivos. Assim, as instituições são, inequivocadamente, réplicas de um modelo psíquico. O comportamento das grandes instituições são arcabouços de complexos culturais,

² Consignia cunhada por Jung para exprimir a noção de potencial energético ou carga energética de determinado conteúdo inconsciente.

adequados ao espírito da época. É prudente revisar que as instituições não correspondem aos complexos em si, mas são imagens refletidas de conteúdos coletivos que seguem uma via arquetípica. Sobre isso, Michael Foucault dedicou seu trabalho à análise das tecnologias sociais que legitimam relações de poder na modernidade e também na antiguidade. Apesar de detalhar com maestria o funcionamento de instituições que exercem um controle coercivo sobre o *modus operandi* do ser humano civilizado, Foucault (1988) defende a teoria de que o poder excede as figuras das instituições, de forma a crer que as tecnologias de controle e repressão estão profundamente arraigadas no coletivo e são compartilhados pelo povo. "O poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada" (p. 103). Para ele, deve-se antes compreender como as instituições se moldam a partir das relações de poder, sendo apenas dispositivos de execução e não de gênese das relações de controle.

A partir dos ideais de Foucault, é possível traçar uma linha entre os complexos culturais e as instituições do Estado, tendo em vista que as relações de poder e controle não são da natureza do Estado, mas sim, são interpeladas através Dele, de forma a crer que os mecanismos de poder são efígies típicas da relação humana. Não obstante, a psicologia analítica, amparada pelo conhecimento das passagens mitológicas, nos aponta para a perspectiva simbólica, onde deuses e deusas nutrem-se de relações entéricas de poder e podem estar superintendendo as entranhas das instituições do Estado.

Apesar de Foucault e Jung dissentirem sobre o desenvolvimento da personalidade humana, sendo o primeiro credor da alma enquanto objeto interativo perante os dispositivos que nomeiam, classificam e regulam a sociedade. A presença de dispositivos de vigília e controle para o primeiro, é comum em todas as esferas da sociedade, bem como todas as faixas etárias. Contudo, a infância parece ser alvo de relações típicas de controle social, principalmente por representar um período unicamente crítico para a formação da identidade e sobretudo à cosmovisão do sujeito adulto. Portanto, para compreender a situação atual das políticas de proteção à infância no Brasil, faz-se pertinente estabelecer um paralelo relacional entre a evolução destas políticas nas últimas décadas e a cosmovisão brasileira sobre este período inicial do desenvolvimento humano.

O lugar social da infância de risco, o sentimento da Criança e a Grande Mãe.

O cenário da infância situa-se a partir do século XIX, pois é somente neste momento que se implanta na sociedade o sentimento da infância. Até então crianças eram consideradas miniadultos e tratadas como tal, sem diferenciação pelo seu tempo de desenvolvimento ou faixa etária (Aries, 1978). Pode-se dizer que no contexto brasileiro, as preocupações do Estado voltadas à infância, como uma fase que necessita de um olhar de cuidado, passaram por quatro principais fases: caritativa, higienista, situação irregular e da proteção integral (Veloso, 2018).

O primeiro momento histórico, referente à caridade, elucida ações de cunho religioso feitas especialmente pela igreja católica. Desde o período colonial, crianças eram abandonadas, seja pela dificuldade de prover o sustento a ela, ou por se tratar de filho considerado ilegítimo. Então, desde 1521, as Santas Casas, pertencentes às Irmandades da Misericórdia, passaram a cuidar deste público vulnerável. Criando como mecanismo na época as Casas dos Expostos, localizadas na Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Tratava-se de instituições religiosas que mantinham por meio da medida asilar os cuidados dessas crianças, as quais tinham pouco ou nenhum contato com o mundo exterior. Visto o constante abandono, tais Casas também criaram a chamada Roda dos Expostos, que consistia em um método em que a criança era depositada em uma espécie de tambor, no muro das instituições, e então rodava-se e ela teria sido colocada para dentro. Esse mecanismo perdurou até 1950 (Rizzini, 2008).

Com vistas a estudar o alto índice de mortalidade nas Casas dos Expostos, o qual chegou a atingir 70% entre 1852 e 1853 surge a vertente higienista. Vale considerar que não só nessas instituições, mas em toda a sociedade havia um alto o índice de mortalidade infantil na época, no entanto, viu-se a oportunidade de um grande laboratório médico nessas instituições asilares. Foi exatamente nesse cenário que a infância “carente” passou a se tornar interesse do Estado, passando do status de “gesto da humanidade” para o de “garantia da ordem ou da paz social” (Rizzini, 2008, p. 24).

Além dos médicos, os juristas, educadores e políticos também faziam parte desse movimento, sob o princípio da eugenia “evita-se os caracteres psíquicos, físicos e culturais nocivos presentes nas raças inferiores” (Rizzini, 1993, p.22). Neste sentido, as

ações eram planejadas com o prisma da prevenção de comportamentos que pudessem provocar a desordem social e de assegurar o desenvolvimento de seres padronizados que cumprissem uma expectativa estatal. As Casas dos Expostos passaram a ser substituídas então pela Diretoria Geral de Higiene e Assistência Pública do Rio de Janeiro (1893), Instituto Sanitário Federal (1894), Asilo de Mendicidade, Asilo de Menores e Casa de São José para Menores. Havia inclusive uma Vara de Órfãos, em que o juiz poderia encaminhar tais crianças para trabalhos domésticos em casas de família (Velo, 2018).

Passou-se a entender que o trabalho era o meio pelo qual os chamados órfãos poderiam ser educados em sua moralidade, pois “a falta da família estruturada gestou criminosos” (Passeti, 2010, p. 348). Com isso o pobre não só passou a ser associado ao criminoso, como se traçou um plano de medicalização da infância pobre. A condição social desfavorecida era entendida com o status do Ser e não do Estar e, portanto, um desvio do padrão era visto como pertencente ao indivíduo e não a sociedade, o qual precisava ser corrigido para que em seu futuro adulto não se tornasse uma ameaça para a ordem social.

Então, sob o slogan de que “a melhoria da raça é um projeto para o futuro” (Rizzini, 1993, p. 24), foi estabelecido na época um mecanismo médico-jurídico-assistencial com vistas a prevenir, educar, recuperar e repreender (Rizzini, 2008). Cenário no qual foi instituído em 1927, via Decreto nº 17.943, o Código de Menores, havendo um juizado específico para sua execução, sendo este o primeiro movimento oficial do Estado para políticas para à infância. No entanto, o crivo desta normativa veio a munir o Estado de ações higienistas e reforçar a desigualdade social.

Neste cenário policialesco, no governo Vargas criou-se o SAM (Serviço de Assistência ao Menor), o qual funcionava basicamente como uma penitenciária, pois além da institucionalização de crianças e adolescentes buscava implementar um regime disciplinar por meio da pedagogia do trabalho (Del priore, 2013). Assumindo os valores do controle e da disciplina.

Este modelo sofrera críticas e denúncias de corrupção, o que culminou na criação, em 1964, da Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBM), através da Lei 4.513. Esta visava integrar mais a família e não focar em ações individualistas, objetivando atingir um maior número de sujeitos, objetivo de controle da ditadura militar. A posteriori

surge a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), através 264 da Lei nº4. 513, em 1973, dá continuidade a necessidade de intervenção com a família, recomendando o meio asilar como última medida. No entanto, a proteção à criança passa a ser vista como uma medida contra a família, pois essa é considerada culpada pela produção de crianças ou adolescentes “irregulares”, os quais podem ser salvos pelo Estado (Rizzini, 2008; Veloso, 2018).

É nesse cenário que o Brasil, em 1968, ratifica a Declaração Universal dos Direitos da Criança, algo contraditório as ações realizadas naquele período no país. Sendo neste momento criadas as Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor– FEBEMs, em 1969, pela Lei 5.747. Estas instituições visavam educar “os menores” já que suas famílias eram consideradas incapazes de prestar uma boa educação (Passetti, 1987). Seguindo com o modelo higienista, nestes locais eram estudadas as características “biopsicossociais” dos “menores”, inaugurando a era dos laudos produzidos especialmente por profissionais do Serviço Social, Pedagogia e Psicologia, os quais serviam de instrumento para os juizados decidirem sobre o destino de crianças e adolescentes.

Com isso, há a promulgação do novo Código de Menores, em 1979, publicitando o paradigma da situação irregular que já estava sendo implementado desde que a família passou a ganhar foco nas políticas para a infância. A partir daí ficou mais evidente a associação feita entre a situação de vulnerabilidade como uma patologia social. Buscava-se uma explicação biológica acerca de um fato que é circunstancial, tal como a desigualdade, justificando com isso ações mais repressivas do Estado.

Foi somente na década de 80, com a organização da sociedade a favor da democracia, presente nas manifestações e movimentos sociais que gritaram pela garantia de seus direitos, que o cenário das políticas para a infância também mudou no país. Havendo uma maior compreensão de que “fatores como a má distribuição de renda e desigualdade social influenciam, assim como outros diversos fatores, a condição dessas famílias, crianças e adolescentes” (Veloso, 2018, p. 27).

Nesta esteira e sob o marco legal da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, as minorias menos favorecidas passaram a ser vistas pelo Estado, ganhando prioridade nas políticas sociais e a infância se enquadrava neste rol. Então, em 1990, cria-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), inaugurando a era da

proteção integral. Esta foi a primeira vez até então que foi criada uma normativa não excludente, a qual inclui todas as crianças e adolescentes e não faz um recorte de um público de acordo com sua classe social. Transformando crianças e adolescente em sujeitos de direitos e não mais em objetos do Estado, concebe-os como em situação peculiar do desenvolvimento e com prioridade absoluta.

Após a instituição do ECA houveram outras legislações que vieram a completar o cenário das políticas para a infância, a citar: Lei Nacional de Adoção (Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009), Lei da Alienação Parental (Lei nº 12,318, de 26 de agosto de 2010); Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012); Lei menino Bernardo – Lei da Palmada (Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014); Lei da 1ª infância (Lei nº 13,257, de 8 de março de 2016); Lei da escuta e depoimento especial (Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017).

Observa-se que todas essas leis posteriores, dentre outras, ampliam direitos já mencionados pelo ECA. A necessidade de reforçar o direito ou de ampliar a compreensão do mesmo remete a uma problemática dentro das políticas públicas da infância que é o de implantar e executar a lei. Neste sentido, os profissionais se veem desafiados a praticar a interdisciplinaridade, a qual deve ter os direitos humanos como seu eixo central (Souza, Vitor & Veloso, 2021).

No contextual atual, ainda que seguindo o pressuposto da intersetorialidade do ECA, a seara da proteção de direitos se aloca especialmente na política pública da Assistência Social, que é para onde são encaminhadas e acompanhadas as situações de violação de direitos de crianças e adolescentes. O olhar profissional sob a infância dentro desse contexto é de suma importância, pois implicará diretamente na vida das crianças e famílias.

É notório dentro da Psicologia que a infância corresponde a um tempo de construções importantíssimas para a constituição da psique do sujeito. Dentro do contexto histórico que fora apresentado, pôde ser observado o quanto aspectos socioculturais afetam na possibilidade de uma criança poder viver a sua infância. Pode-se dizer inclusive que todos já foram crianças, mas que nem todas as crianças puderam viver na infância, tal como clama a alma. Compreendendo, então, a infância como um fenômeno que precisa de um terreno fértil para ser vivenciado, segundo Neumann (1993, p. 10) “a atitude do

coletivo em relação à criança, ao seu sexo, a sua individualidade, e ao seu desenvolvimento, pode ser uma questão de vida ou de morte”. Partindo da importância destacada pelo autor, todos os cuidados acerca da garantia do direito à infância, assim como da prevenção aos quaisquer tipos de violência devem ser sempre redobrados pelas políticas públicas.

No âmbito da psicologia analítica especialmente, o momento da criança, corresponde a um período em que a alma ainda hiberna no inconsciente. Neste sentido, o crescimento da criança corresponde ao movimento de despertar da consciência e concomitantemente ao surgimento do *ego*. Pode-se dizer inclusive de dois nascimentos, a saída do útero e a desvinculação com a simbiose materna após o primeiro ano de vida. A *centroversão* é a função de totalidade que dirige essa etapa da vida, visto que esta amplia, sintetiza a integra às vivências à personalidade do sujeito. É justamente por esta função que surge o *ego*, como um derivado do Self, o qual busca integrar o mundo externo de acordo com os interesses dessa totalidade. Ocorre que na infância esse movimento entre *ego* e *self* é vivido de forma quase fundida com os arquétipos parentais. Na relação maternal, por exemplo, isso é muito evidente, pois o modo como a criança experimenta o mundo externo é inclusive pelo corpo da mãe, na amamentação. (Neumann, 1993).

A relação com a pessoa que exerce essa função materna é tão profunda que é equiparada a uma vivência cósmica e transpessoal, pois “a mãe representa tanto o mundo como o self” (Neumann, 1993, P. 13). Neste primeiro momento, o self é um self corporal, somente depois se estabelece uma relação eu-tu com a figura materna, o que configura inicialmente uma participação mística, onde não há pares de opostos, não há divisão, vive-se num mundo unitário e matriarcal.

Neumann (1993, p. 16) ainda destaca que “a existência da mãe é a pré-condição absoluta para a existência do filho, em termos de doação e regulação da vida, a única que torna seu desenvolvimento possível”. É neste sentido que se afirma que todo/a filho/a tem que ser adotado/a, ou seja, investido/a de energia psíquica.

Em contramão a essa dependência primária caminha o processo de individuação, o qual surge como uma característica do amadurecimento da criança, é o que a movimenta, inicialmente por meio do *ego*, para estabelecer uma identidade própria enquanto um Eu distinto (Fordham, 2006). Esse movimento de diferenciação ocorre

quando a criança adentra ao período patriarcal, considerado como estágio solar do *ego*. Esse movimento, em oposição à lua (inconsciente), ao materno e mágico mundo feminino é puxado pelo Arquétipo do Pai, o que traz a necessidade de independência ao *ego* e o fortalece para com as relações exteriores, ascendendo assim a consciência, servindo como uma luz que o afasta da escuridão inconsciente.

Deste modo, as funções parentais é justamente fortalecer o *ego* infantil (seja no período matriarcal ou patriarcal) para impulsioná-lo à maturação da psique, de modo que haja um *ego* estruturante para enfrentar as adversidades da vida jovem e adulta. Devendo proporcionar a criança processos progressivos e individuadores e não reforçar aspectos regressivos, em uma tendência massificadora. Para tal, há a necessidade, quando já estabelecido um *ego*, do retorno ao *self*, de que a identidade psicossocial do sujeito se volte novamente para a vida interior e não exterior, de modo que direcione a sua vida com o sentido da sua alma e não a uma convenção social.

Nesta direção, o arquétipo infantil, representa o “aspecto pré-consciente da infância da alma coletiva” (Jung, 2018a p.162), ou seja, reina no inconsciente coletivo e no mundo simbólico-não racional. Nesse ímpeto, traz no símbolo da criança a busca justamente pela compensação da unilateralidade da consciência e, portanto, da tendência racionalista egóica. Deste modo aciona a criatividade característica da criança, apontando sua direção ao potencial futuro, ou seja, representa a necessidade de transcender a consciência, servindo a uma síntese entre os opostos, pois é algo que proporciona a completude (Jung, 2018a).

A função da parentalidade na tenra infância é de coagular o *ego* frente a liquidez do inconsciente, para que o sujeito esteja apto a seguir a outorga arquetípica do *dasein* e, um dia, abandonar a casa edípica dos pais para construir sua própria. Nesse sentido, em suma, os pais tem a tarefa paradoxal de fortalecer seus descendentes para um dia serem deixados para trás por eles. Sob a iminência da desagregação, a sombra parental pode assolar a relação pais-filhos com expressiva força regressiva. Não obstante, o temor do "cair do ninho" ou *Katabasis*, assola o filhote, que permanece inerte sob as asas de sua Grande-Mãe.

Uma das primeiras forças arquetípicas com a qual o ser humano tem de lidar é, inequivocadamente, a Mãe ou Grande Mãe. Esta força universal opera sobre a psique do

/indivíduo e está primordialmente relacionada à primeira guinada à vida, a qual o sujeito frequentemente retorna para buscar energia e conforto. Portanto, é no reino da Grande-Mãe em que se encontra o seio que anima a vida. Contudo seria um engodo restringir a potência primeva da Grande Mãe apenas às figuras encarnadas, cuja função é conhecidamente maternal - mães, avós, irmãs, tias, etc - e negligenciar que o arquétipo materno é vivido simbolicamente por variadas interações. A relação entre o sujeito e as expressões multifacetadas do arquétipo da Grande Mãe é denominado Complexo Materno. Jung (2018a) diz:

Como todo arquétipo, o materno também possui uma variedade incalculável de aspectos. Menciono apenas algumas das formas mais características: a própria mãe e a avó; a madrasta e a sogra; uma mulher qualquer com a qual nos relacionamos, bem como a ama-de-leite ou ama-seca, a antepassada e a mulher branca; no sentido da transferência mais elevada, a deusa, especialmente a mãe de Deus, a Virgem, a meta da nostalgia da salvação; em sentido mais amplo, a Igreja, a Universidade, a cidade ou país, o Céu, a Terra, a floresta, o mar e as águas quietas: a matéria, o mundo subterrâneo e a Lua; em sentido mais restrito, como o lugar do nascimento ou da concepção. (pp. 91-92)

A outorga da projeção da Grande Mãe ultrapassa o encarne humano e adquire um caráter mitológico e transpessoal, isto significa que poderemos notar facetas espalhadas nas mais diversas instituições e, sem dúvida, na *praxis do Estado*. Tal caráter maternal das entidades públicas está espelhado em todos os equipamentos públicos e ações no coletivo que primam por proteger, prover, assistir e resgatar cidadãos. Capta-se o caráter maternal em quase todas as esferas do poder, todavia, as políticas públicas de assistência social ganham especial notoriedade neste tema.

Conforme visto, as políticas públicas de assistência social voltadas à infância ganharam impulso a partir da promulgação da nova e atual constituição de 1988. Diante desde panorama, a década de 90 significou um grande avanço nas políticas de proteção à infância, tendo como momento-chave a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. Paulatinamente, a proteção à infância articulou-se com as demais categorias de ação coletiva no âmbito da segurança, saúde, educação, assistência social, economia, etc. Neste contexto é possível afirmar que o Estado integrou seu aspecto maternal e o expandiu por meio destas ações.

As políticas de proteção à infância, em semblante de *Madonna*, empenharam-se em minimizar os agravos da discrepância socioeconômica vivida por crianças em situação de vulnerabilidade social, conquistando amplos avanços no que diz respeito aos direitos da infância, sob o atenuante de uma sociedade que sente profundamente as marcas históricas de sistemas de dominação, seccionamento e abandono, que remontam desde o período do descobrimento. Um momento decisivo no percurso do coletivo nacional em direção ao atual Estado-Mãe remonta à redemocratização Brasileira na década de 80, na qual o Estado experimentava uma ampla identificação com o Complexo Paterno coletivo, responsável por imprimir limites, regras e valores. Contudo, em seu lado saturnino³ representou a repressão, violência, austeridade, esterilização e higienização social. Com o advento da emancipação da sociedade frente a sombra do Pai, a mesma tornou-se órfã e pela ordem arquetípica, "quando o pai é ausente, caímos prontamente nos braços da mãe" (Hilman, 1988 *apud* Gaeta, 2019, p.4).

Ainda que a presença da Mãe tenha ganhado terreno após a década de 90 até os dias atuais, Jung (2018a) adverte de que os arquétipos são ambivalentes por natureza e, portanto, as feições da Mãe podem tomar um caráter tanto nutritivo e acolhedor, quanto negligente e atrofiante. Para Gaeta (2019 pp. 4-5), a Mãe (a Grande Mãe) é "como aquela que dá e alimenta, com a própria vida, e exige que o filho se comporte como filho dependente".

A versão sombria da Grande Mãe é encenada pelo símbolo da Bruxa, que, ao exemplo de João e Maria, engorda os infantes com doces e guloseimas, aprisionando-os para, em seguida, devorá-los. Jung denomina o lado sombrio do arquétipo materno de Grande Mãe Devoradora. Na psique, se apresenta como uma ampla força regressiva da subjetividade frente à progressão da vida. Uma vez constelada a voracidade da Mãe, esta provisionará a nutrição exagerada, a inanição ou dará o fruto envenenado aos seus tutelados de modo a causar dependência, doença e/ou inércia. Concomitantemente, percebe-se que as políticas públicas para à infância possuem historicamente um caráter,

³ Termo que faz referência ao deus Saturno na mitologia romana ou ao deus Cronos na mitologia Grega. Estes mitos servem à reflexão de Neumann (1997) para representar o lado sombrio do complexo paterno, que se volta com austeridade frente ao filho com vistas a impedi-lo de tomar seu lugar ao trono.

em boa parte, assistencialista, que por um lado previnem que os indivíduos estejam desamparados frente à vulnerabilidade e, por outro, tem pouca efetividade quanto a promoção da autonomia.

A sombra da grande-mãe e a dinâmica de dependência estabelecida entre os profissionais e os sujeitos atendidos pela política de infância.

Apesar da infância ser marcada por um contexto psíquico de deslumbramento, inconsciência e plena inocência acerca da dicotomia da moral da vida, esse período traz consigo uma forte dependência no quesito existencial e, portanto, alta vulnerabilidade frente aos perigos "do lado de fora". Waiblinger (2020), afirma que a infância é marcada por lacerações na alma, e dessa maneira, inevitavelmente, a infância é o lugar do trauma mundano, afligido, em muito, pelos próprios pais. Para a autora, a criança sucederá ao herói mítico, que terá de vingar-se do pretérito martírio e, com isso, tornar-se regente da própria narrativa. Todavia, o infante titubeia frente à grandeza dos pais e se torna refém da educação familiar.

Não sou eu [criança] que decido a minha vida; o fato de eu vir a ser um ser humano não depende de mim, assim como não depende de mim o continuar a viver. Eu dependo da força bondosa que me salva. Isto é uma realidade para toda criança. A atitude dos pais para com os filhos é decisiva para a sua evolução. (Waiblinger, 2020, p. 89)

Com isso, elabora-se a noção de que a infância saudável não é aquela que foi assepsiada de traumas, lacerações, frustrações ou devaneios, mas sim aquela que recebeu suficientes ferramentas para, mais a frente, subjugar os pais e ganhar o título de "reitor de si". Entretanto, se os pais ceifam do filho a possibilidade de gerar lucidez e sentido para seu martírio, o aprisionará na inconsciência e fraqueza do *ego*, que por sua vez não ousará atentar contra o amplo poder do Pai ou a Mãe divinos.

Muito embora a Grande-Mãe-Devoradora seja travestida de um semblante sacro em relação a prole, ela é a principal responsável por onerar seus herdeiros do contato com a vida e, portanto, de sua emancipação pessoal.

Essa maternidade adulterada consubstancia abuso no exercício do poder parental na medida em que, valendo-se de um simulacro de amor e cuidado, suprime da prole a possibilidade de construção da individualidade, da autonomia e do vir-a-ser; priva os filhos da chance de se desenvolverem plenamente do ponto de vista cognitivo, social e afetivo, castrando competências e habilidades de modo a impactar sua conformação identitária, sua possibilidade de autofundar-se no mundo e nele atuar. (Amarilla, 2021, p.8)

Esta atribuição mitológica da Grande-Mãe-Devoradora pode ser sentida no conto de Cinderela, que através dos ardis de sua madrasta, vê seu destino restrito ao ambiente do lar. Por vezes, o poder da Mãe em definir o destino do filho é irrestrito e inescrupuloso, como nas bruxas *Greias* ou *Moiras*, anciãs e sortistas dos deuses gregos, que rendavam o destino dos humanos através do fio da vida.

[...] E os homens sempre souberam que seu destino está nas mãos da Grande Mãe. Para a deusa egípcia Ísis, o fio de linha, o traçado do destino era sagrado. O destino, portanto, é feminino. Elas fiam os fios da vida, as moiras, como são chamadas pelos gregos, ou Normas, como são chamadas pelos germanos. Elas fiam o fio, tecem-no, cerdam-no. Nós precisamos usar as roupas que elas destinam para nós. (Waiblinger, 2020, p. 35)

Perante este contexto é certo afirmar que o Estado pode estar identificado com a força e a forma arquetípica da Grande-Mãe, sobretudo em seu aspecto devorador. Desta forma, a edificação dos aparelhos do Estado é inundada com a numinosidade e abrangência da Grande-Mae-Devoradora, tornando-se assim, a grande tecelã do destino de uma sociedade como um todo.

Como visto anteriormente, as relações parentais castradoras são, antes de mais nada, assentes de controle e poder. Sobre isso, Guggenbuhl (2004) alerta sobre os interperes sombrios nas relações médicas-assistencialistas, a exemplo da relação “médico todo-poderoso e o paciente pueril” (Guggenbuhl, 2004, p. 78) em que o médico cria uma distância soberana acerca de seu paciente, mostrando-se sob a sombra de poder, identificando-se, por vezes, à figura de Deus, aquele que detém a cura, a vida e a morte. Quíron, o centauro na mitologia grega que é detentor das artes da cura, elucida possibilidades de compreender esse arquetipo do Curador-Ferido presente em muitas figuras da saúde e de profissões de ajuda, pois ele é capaz de curar os outros, no entanto,

não consegue curar a si próprio, sendo obrigado a conviver para toda eternidade com sua ferida, devido a sua imortalidade (Torres, 2018).

Em padrões de relacionais como esses, fundados no inconsciente, não há possibilidade de individuação, tendo em vistas que essa requer a consciência, portanto não haverá transformação. Estando esse mecanismo presente também na Grande-Mãe-Devoradora, a qual crê a si como a remediadora única da condição débil de sua prole, aqueles que operam sob sua sombra, tenderão a sentir-se amplamente potentes em lidar com as vulnerabilidades de seus pares. Isto pode ser observado na política para infância e nos profissionais sociais, como médicos, psicólogos, assistentes sociais, entre outros.

Todos os que atuam nas profissões sociais, trabalhando para “ajudar a humanidade”, apresentam motivações psicológicas extremamente ambíguas para as suas ações. Em sua própria consciência e diante do mundo, o assistente social vê-se forçado a encarar o desejo de ajudar como sendo sua motivação primordial. Mas nas profundezas de sua alma o oposto simultaneamente se constela - não o desejo de ajudar, mas o de ter poder e sentir alegria em despotencializar o “cliente”. (Guggenbuhl, 2004 p.19).

Os trabalhadores da seara da Assistência Social são por um lado, descendentes de uma educação voraz e por outro Mães em si, munidas deste amplo apetite. Neste ambiente sócio-político infectado pelo cenho materno, furtam-se de estabelecer ações que rompam o vínculo de servidão Mãe-Filho. Ao passo dos desígnios da *alma mater*, o esqueleto dos dispositivos do Estado, frente a ampla necessidade de políticas públicas de proteção à infância, é empantanado pelo sangue sacro da Mãe, reestabelecendo uma relação de unidade ao arquétipo, referenciado no latim como *sanguinis conjunctio*.

Tendo em vista que o engenho da Mãe está profuso nas entranhas do Estado, sobretudo nas políticas de proteção à infância, faz-se necessário refletir sobre quais seriam as possíveis rotas alternativas ao destino fiado pela *Alma Mater*. O caminho arquetípico para a individuação é, sem dúvida, a tomada de consciência. Assim como simbolizado em João e Maria, a Bruxa é derrotada quando atirada em um braseiro. Para Adão e Eva, o exílio do mundo parental do Éden deu-se pelo surrupio da consciência, representado pelo fruto proibido, avermelhado, proveniente da árvore do conhecimento do Bem e Mal. *Koré*, filha da Grande-Mãe *Dēmētēr*, ao comer a semente do fruto rubro

de Romã, desceu ao *Érebus*, onde tornou-se rainha do submundo incandescente, perdendo sua característica casta, infantilizada e assumindo outro nome, Perséfone.

Dentre os infinitos exemplos mitológicos possíveis, o processo de ascensão da infância parece estar intimamente acoplado ao desenvolvimento do inflamar da consciência. Não obstante, o desafiar dos deuses é pressuposto indispensável para o processo. Para Jung (2014), o romper do fio do destino coordenado pelos deuses é, antes de mais nada, pungente ao ser mortal. No entanto, paradoxalmente, é parte de seu destino e passível da revolta sublime dos Pais divinos.

O Gênese apresenta o ato da tomada de consciência como a infração de um tabu, como se o conhecimento significasse a ímpia ultrapassagem de uma barreira sacrossanta. Acho que o Gênese está correto, à medida que cada passo em direção à maior consciência é uma espécie de culpa prometeica: através do conhecimento, é como se o fogo dos deuses fosse roubado, isto é, algo que era propriedade dos poderes inconscientes é arrancado do seu contexto natural e subordinado aos caprichos da mente consciente. (Jung, 2014, p. 164).

A quebra com o status edípico ou sacrossanto é preceito da liberdade do indivíduo em relação aos deuses, mas é também seu martírio. Em termos mitológicos, nenhuma revolta aos deuses passou-se impune, de modo ao mortal ser amaldiçoado. A condenação de Adão e Eva perante o conhecimento do Bem e Mal é o trabalho. Não mais os primeiros humanos serão providos integralmente pelos frutos infindáveis do Éden, mas agora terão de laborar sua existência. Não obstante, o casal toma ciência de que tem um corpo nu e o cobrem de folhagens. Cabe pontuar que o destino do indivíduo sem os deuses é o trabalho, que, segundo sua etimologia, deriva da palavra *Tripalium*, um instrumento de tortura antiga. Como bem aponta a mitologia, a maldição do homem é o trabalho e este significa sofrimento.

Neste sentido, acordar requer abrir os olhos, voltando-se para fora de modo heroico e se lançando num mundo nada bondoso e confortável como fora o colo materno (podendo este ser representado não só pela figura materna, mas também pelas políticas públicas). Joseph Campbell (1997 apud Gonçalves, 2017), dedicou-se a compreender a figura multifacetada dos heróis nas narrativas míticas da antiguidade e da modernidade. Aproveccionado da teoria Junguiana, Campbell (1997 apud Gonçalves, 2017) argumenta que a figura do herói é altamente venerada e amplamente representada durante a história

humana, além de ser demarcada por uma sucessão de eventos específicos, que o autor apelidou de Jornada do Herói. A jornada, em suma é um rito de “separação-iniciação-retorno” (Campbell, 1997 p. 17 apud Gonçalves, 2017 p. 222), na qual o herói "retorna de sua misteriosa aventura com o poder de trazer benefícios aos seus semelhantes" (Campbell, 1997 p. 18 apud Gonçalves, 2017 p. 222).

A obra de Campbell possuiu diversos teóricos pós-Junguianos na exploração da Jornada do Herói na vida cotidiana. A separação é o primeiro estágio da marcha, marcada pela cisão do herói com sua comunidade, seus pais e sua casa/terra natal. Tudo o que remete ao lugar de infância, as certezas da vida, zonas familiares são alusões ao reino Edípico ou o reino da Grande-Mãe, cuja função é nutrir e abrigar a criança. Para o herói cumprir sua jornada e estabelecer seu lugar no mundo, significa, portanto, abandonar o que lhe é familiar, maternal. O início do itinerário é marcado por sofrimento, dor e medo, e frequentemente o herói é representado como um jovem-adulto delgado, franzino e tenro. Ao evoluir da caminhada, o herói é instruído por um mestre a encarar seus medos, representados por criaturas fantásticas e amedrontadoras. A cada passo, o campeão esculpe sua musculatura, aumenta seu arsenal bélico e torna-se mais confiante e poderoso (Gonçalves, 2017).

O caminho do herói é a retratação do processo de individuação na primeira metade da vida. É neste período que o jovem guerreiro adentra a vida e submerge nos conteúdos inconscientes – a caverna ou castelo que habita o dragão-. O guerreiro é advertido por um mestre, comumente uma figura antiga de um velho guerreiro emérito. Em seus entremeios, a jornada representa a ampliação de consciência do sujeito, apreendendo os conteúdos interiores e do mundo. Cardoso & Ribeiro (2018) resumem com concisão o sentido da jornada:

A jornada do herói mítico metaforiza a tarefa do Ego, que, auxiliado pelo Self, tem a função de iluminar os conteúdos inconscientes reprimidos pelas máscaras sociais, a fim de promover uma renovação psicológica. Tal renovação exige o sacrifício egóico de se afastado paraíso da infância, ou seja, do cuidado e da proteção maternos, criando uma situação interna através da qual o indivíduo possa avançar para novas etapas de amadurecimento, unificação e integração da personalidade a fim de assumir as responsabilidades da vida de um modo adulto (Cardoso & Ribeiro, 2018, p. 65)

O mito heroico é capaz de ativar o *ego* pessoal e dirigir o sujeito em relação a vida e preenchê-lo de inspiração e coragem. Entrar em contato com o herói interno é favorecer o processo de individuação e promover o contato saudável com as etapas do desenvolvimento da personalidade, oportunizando o viver. Não à toa, o herói encontra inspiração em contos de grandes façanhas de guerreiros ancestrais ou mesmo vê em seu mestre (guerreiro antigo) inspiração para seguir o itinerário. Nesta perspectiva, o herói deve abdicar de sua atitude egocêntrica infantil e sacrificar-se em prol da humanidade. A tomada de consciência, neste sentido, lança o sujeito ao mundo e o subtrai da relação incestuosa com a Grande-Mãe, gerando um sentido de conexão universal e responsabilidade social.

Quanto mais conscientes nos tornamos de nós mesmos através do autoconhecimento, atuando, conseqüentemente, tanto mais se reduzirá a camada do inconsciente pessoal que recobre o inconsciente coletivo. Desta forma, vai emergindo uma consciência livre do mundo mesquinho, suscetível e pessoal do eu, aberta para a livre participação de um mundo mais amplo de interesses objetivos. Essa consciência ampliada não é mais aquele novelo egoísta de desejos, temores, esperanças e ambições de caráter pessoal, que sempre deve ser compensado ou corrigido por contratendências inconscientes; tornar-se-á uma função de relação com o mundo de objetos, colocando o indivíduo numa comunhão incondicional, obrigatória e indissolúvel com o mundo." (Jung, 2011a, p.53)

Este sentido de comunhão, promovido pela tomada de consciência, é a força motriz que desafia o desejo de poder pessoal. Nesta perspectiva, os profissionais envolvidos na elaboração e aplicação das políticas de infância precisariam primeiramente tomar consciência acerca da sombra da Grande-Mãe-Devoradora que paira sua atuação, justamente para que essa polaridade arquetípica não se constele a cada novo atendimento desempenhado com crianças, adolescentes e suas famílias. Esse foco de luz permitirá uma mudança de lugar, do hierárquico para o horizontal, do ditador para o aconselhador, favorecendo a autonomia e não a dependência.

Acerca da tomada de consciência do dano psíquico gerado pelo mecanismo de controle maternal, Jung (2018b) ressalta:

Quando os pais sabem quais de suas tendências e hábitos inconscientes são prejudiciais à psique de seus filhos, sentirão como dever moral fazer algo, suposto que seu senso de dever e amor estejam normalmente desenvolvidos. A mesma lei atua nos grupos e também nas nações, isto é, nas minorias dirigentes se forem constituídas de pessoas conscientes de certas tendências que poderiam ameaçar seriamente as relações humanas (§1348).

Com essa chama acesa, o profissional que trabalha com políticas para infância também deverá se identificar com a figura do Mestre o que vai em contramão com o papel, pois é aquele que prestará auxílio durante a árdua jornada do herói em que o público atendido está ou em vistas de entrar, no entanto, não assumirá ou resolverá as provas que só podem ser vencidas pelos próprios indivíduos, de modo a favorecer o processo de individuação dos mesmos. Por último, está a consideração mais essencial e desafiadora a ser tomada pelo profissional, o Mestre é sempre um guerreiro antigo, ou seja, alguém que já passou pela jornada do herói. Então é indispensável que os próprios profissionais também tenham passado pelos processos de autonomia que almejam para aqueles que são atendidos, nesse constante movimento de busca de sentido em suas próprias vidas. É justamente nesse ponto que Jung (2018b) adverte que só iremos com o outro até onde fomos com nós mesmos.

Considerações finais

Diante do histórico das políticas para a infância no Brasil, do referencial Junguiano acerca da constituição subjetiva do indivíduo, do entendimento acerca das forças arquetípicas que pairam sobre nosso psiquismo - especialmente o poder da sombra acerca dos comportamentos humanos - considera-se com o findar desta análise que as políticas públicas para infância, especialmente as de proteção atreladas à assistência social, precisam passar por um movimento de ascensão na consciência institucional, o que perpassa também que o mesmo processo seja vivenciado pelos profissionais executores destas.

Tal ascendência solar perpassa pela quebra de projeções inconscientes do conteúdo da sombra de Estado da Grande-Mãe-Devora, deixando, assim, de assumir o papel de nutrição das pessoas atendidas e da manutenção da posição infantil de

dependência. A autonomia, de forma oposta, caminhará com o despertar do herói, aquele que aceita os desafios da vida e busca vencê-los com bravura, reconhecendo que isso implica também em sofrimento para adição de sentido. O profissional e o Estado, neste último momento, podem assumir a posição do Mestre, aquele que tem conteúdo substancial para que o herói (usuários dos serviços) recorra a ele quando necessário.

Deste modo, é possível iniciar o rompimento com a lógica assistencialista mantida desde os primórdios das políticas para a infância do país, reconhecendo os limites e possibilidades não só do público atendido, mas principalmente dos profissionais e da seara estatal. Assim, de fato se vislumbra uma política pública para a infância com vistas à garantia, defesa e proteção de direitos das crianças e adolescentes.

Nesta esteira, a superação das desigualdades presentes na infância de risco e vulnerável implica na criação de mecanismos sociais de qualificação profissional, programas empregatícios, acesso à educação, ao ensino técnico e superior, critérios assertivos de inclusão. Somente com metodologias que visem superar às desigualdades historicamente construídas por meio da autonomia e autogestão é possível que os altos índices ilustrados neste feito diminuam, especialmente no futuro dessa criança, que é onde o jovem-adulto muitas vezes sucumbe às pressões sociais estereotipadas devido a se ver solto numa sociedade em que até então estava sendo assistido e não partícipe.

Referências Bibliográficas

- Amarilla, S. D. A. (2021). Mães que devoram. *Revista IBERC*, 4(1), 65-82
- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família* (Vol. 2). Rio de Janeiro: Ltc.
- Cardoso, A. M. L., & Ribeiro, M. G. (2018). A jornada do herói e da heroína: uma discussão analógica à luz da mitopsicocrítica. *Recista Têssera*, 1(1), 58-74.
- Del Priore, M. (2013). *História das crianças no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto.
- Fordham, M. (2006). *Criança Como Indivíduo*. São Paulo: Cultrix.
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Fundação Getúlio Vargas. Nota Técnica (2020). A pandemia de Covid-19 e os profissionais da assistência social no Brasil. Disponível em:

<http://www.cfess.org.br/arquivos/PesquisaFGV-rel03-social-covid-19-depoimentos-v2.pdf>. Acessado em: 17/05/2021.

Gaeta, I. P. (2019). Filhos da mãe-Animus da mãe na vida do filho. *Self-Revista do Instituto Junguiano de São Paulo*, 4(1). Disponível em <<https://self.emnuvens.com.br/self/article/view/24>>. acesso em 16 mar. 2021.

Gonçalves, Giuliane Moreira. (2017). A figura do herói: ritos de iniciação, mito e conto maravilhoso. *Claraboia, Jacarezinho/PR*, v.7, p. 220-233, jan./jun. Disponível em: <http://seer.uenp.edu.br/index.php/claraboia/article/view/957/pdf>. Acessado em: 28/05/2021.

Guggenbühl-Craig, A. (2008). *O abuso do poder na psicoterapia e na medicina, serviço social, sacerdócio e magistério*. São Paulo: Paulus.

Heidegger, M. *Ser e tempo*. (1986). Petrópolis, RJ: Vozes.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD)*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=29652&t=downloads>. Acessado em: 14/05/2021.

Jung, C. G. (2011a). *O eu e o inconsciente*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Jung, C. G. (2014). *Two essays on analytical psychology*. Londres: Routledge.

Jung, C. G. (2018a). *Os arquétipos e o inconsciente coletivo Vol. 9/1*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Jung, C. G. (2018b). *A Vida simbólica (Vol. 2)*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Ministério de Desenvolvimento Social e Secretaria Nacional de Assistência Social. (2018). *Relatório de Pesquisa Nacional das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto no Sistema Único de Assistência Social*. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/relatorios/Medidas_Socioeducativas_em_Meio_Aberto.pdf. Acessado em: 07/05/2021.

Ministério Público do Paraná (2020). *Estatísticas - Três crianças ou adolescentes são abusadas sexualmente no Brasil a cada hora*. Disponível em: <http://crianca.mppr.mp.br/2020/03/231/ESTATISTICAS-Tres-criancas-ou-adolescentes-sao-abusadas-sexualmente-no-Brasil-a-cada-hora.html>. Acessado em: 14/05/2021.

Ministério Público do Paraná (2019). *Socioeducação - Levantamento do CNMP indica que há superlotação em unidades de atendimento socioeducativo no Brasil*. Disponível em: <https://crianca.mppr.mp.br/2019/09/188/SOCIOEDUCACAO-Levantamento-do-CNMP-indica-que-ha-superlotacao-em-unidades-de-atendimento-socioeducativo-no->

